

A Persistência da Fome

D. Mauro Morelli (1)

Estamos entrando num novo milênio em que teremos de encontrar caminho para uma nova civilização. Basta observarmos a degradação do meio ambiente e examinarmos o quadro de exclusão e de fome no mundo, para percebermos que a civilização atual está superada. É inimaginável que a humanidade possa prosseguir o seu caminho com esse ritmo de esbanjamento e de destruição da vida. Este momento atalai a todos nós que temos vontade de viver e de buscar os caminhos para isso.

Acredito, porém, no futuro do mundo, pois a vida é nossa vocação. Na medida em que tomamos consciência da realidade e começamos a exercer nossa cidadania, abre-se o caminho para o surgimento de um novo mundo, sem fome e sem miséria. Um processo permanente de formação política, de educação e de vivência da cidadania.

Não é possível tratar da fome sem entender o Brasil. Por sua vez, a transformação da realidade brasileira não se alcança sem fundamentos éticos, educação e decisão política.

Começemos refletindo sobre o desenvolvimento e frustrações da cidadania. Por que a fome ainda "persiste" no Brasil? Não sem razão uso a palavra "persiste". Dentro do contexto da época, Portugal e Espanha procuravam respostas para atender as exigências e necessidades do mercado. Toda a história oficial do Brasil está intimamente ligada ao mercado. Tanto que a programação da Independência custou-nos assumir a dívida externa de Portugal. O País sofre um permanente saque de suas riquezas.

Em 1984, em Curitiba, participei de um congresso de municípios. Na ocasião fiz um discurso que foi posteriormente transformado em manifesto do Movimento Nacional Constituinte. Inspirei-me em Frei Caneca, que muito entendia de Constituição e de cidadania. Foi um dos líderes das Revoluções Pernambucanas e da Federação do Equador. Não era um movimento separatista, mas a proclamação de uma federação de Estados livres e soberanos. A confederação esperava que as demais provincianas aderissem.

A história do Brasil tem de ser vista pelo lado crítico, para que possamos entender por que a fome persiste. A fome persiste porque, com relação à cidadania, começamos de forma errada. Observe-se como este país foi ocupado e como foram distribuídas as sesmarias e as capitanias. Desde o início da nossa história, a terra foi privilégio de alguns, atropelando a maioria.

Por essa razão os povos indígenas, hoje estão reduzidos a uns 250 mil. Segundo alguns historiadores, eles eram três milhões, mas há quem acredite que chegassem a sete milhões. Podemos dizer que aconteceu, no Brasil, um verdadeiro genocídio. É vergonhoso que se passa no Mato Grosso do Sul. Ali temos uma resposta imediata à pergunta "por que persiste a fome"? A fome dos povos indígenas está ligada à ocupação e à distribuição da terra. A terra foi usurpada, ocupada e distribuída contra a cidadania daqueles que aqui viviam antes do decobrimento.

A visão preconceituosa do índio - de que ele não é dado ao trabalho e é indolente - resulta do desconhecimento dos seus valores. O conceito de trabalho do índio é muito diferente do nosso. Eles não trabalham para ter, mas para viver. Têm outra compreensão do mundo, da civilização, do trabalho, da atividade humana.

Em 1963, tive a oportunidade de passar um mês com comunidades indígenas, em Chiapas, no México. Foi uma experiência muito rica. Nunca vi antes, nem vi depois, tanta vida comunitária como naquelas comunidades. Era grande o senso de partilha, de comunhão, de solidariedade.

Na escola, aprendemos que, por causa dessa indolência, introduziu-se a escravatura no Brasil. Em função de um projeto econômico, creio que três milhões de escravos entraram no país ao longo de 300 anos. É fundamental, quando se discute a questão da fome, levar em conta, entre os que mais passam fome - os mais pobres entre os pobres -, estão sempre os negros.

O que foi a Lei Áurea de fato? Ela não passou de uma decisão política mesquinha. A escravidão cessou porque economicamente não fazia mais sentido. Em relação à cidadania do povo negro, não foi feito absolutamente nada. É como se dissessem simplesmente: "agora que estão soltos e livres, que se cuidem". Quais medidas foram adotadas para garantir ao povo negro vida com dignidade e esperança? É impossível falar de meninos de rua, de favelados, de pessoas que moram debaixo de pontes, sem nos lembrarmos da Lei Áurea. Com a abolição da escravatura, como ficaram as mulheres e as crianças? Foram morar debaixo das pontes, ocupar os alagados, baixadas e encostas dos morros. O povo não tem espaço vital.

Certa vez, quando o Governo anunciava um projeto de construção de prédios numa favela, ouvi alguém com bom-senso dizer: "Não precisa ser lá. Existe um mundo de prédios velhos abandonados em outras áreas melhores do Rio. Com menos custo e mais dignidade poderiam abrigar uma nova estrutura social de habitação. Tirem as pessoas da encosta. Devolvam a encosta à natureza. Deixem que a natureza conserve aquilo que é importante para todos nós".

A Baixada Fluminense, por exemplo, não devia existir: é um atentado à Baía de Guanabara. A Baía de Guanabara está sendo assoreada. As pessoas são obrigadas a subir a encosta ou ocupar o baixio. E para isso, é preciso arruinar. Então, corta-se toda a vegetação, extinguem-se todos os mangues. Sem vegetação, surge o problema das enchentes. As folhas das plantas seguram 50% da água da chuva. Interfere-se em todo o processo natural. Hoje, o que há de mais moderno é devolver à natureza aquilo que lhe pertence. Na Áustria, governo e sociedade civil caminham nessa direção: a devolução aos rios das regiões alagadas, importantíssimas para o ecossistema e para a cadeia alimentar. Na Baixada, com aterros por todo o lado, a água não sabe para onde vai. Com a canalização, cimentam tudo, asfaltam tudo e não há como filtrar a água. O problema vai-se agravando a cada dia. E como não há o tratamento do esgoto, aumenta ainda mais o problema ecológico e social. O exemplo citado mostra que a fome persiste por causa da estupidéz humana, pois realmente dispomos de suficiente conhecimento científico e técnico para construir cidades diferentes daquelas que temos hoje.

Anos atrás, vi uma publicação interessante no Estado de São Paulo. Tratava-se de um estudo que demonstrava ser possível, com os recursos da ciência e da técnica, construir uma nova cidade para 50 milhões de pessoas, na mesma área ocupada pela cidade de São Paulo, dotada de grandes áreas verdes, com seus mais de três mil riachos recuperados. Pode parecer fantasia, mas não é. É a ciência e a técnica empregadas para a melhoria da qualidade de vida. Observando-se os telhados de Belo Horizonte, com tantos canos e fios, perguntamo-nos se não haveria solução arquitetônica e de engenharia para fazer algo muito mais bonito, mais econômico, mais salubre, com mais privacidade, com mais dignidade. Certamente isso é possível. Nossas cidades são um atestado de burrice e homenagem a ganância. Enquanto cada um se preocupa apenas com o que é seu, não conseguiremos uma cidade bendita. A cidade será maldita, violenta.

Devemos ser mais críticos e questionadores. Não é possível trabalhar sem que haja questões. Qualquer pessoa que vá fazer um trabalho científico tem de levantar hipóteses. Hipóteses são questões. A maioria das pessoas se posta diante da televisão aguardando os noticiários. Mas muitos ignoram as informações são filtradas e editadas. Milhões e milhões de eventos acontecem no mundo a cada dia, mas alguém decide o que vai ser visto e a forma como vai ser visto. O telespectador é enquadrado profundamente e concorda tacitamente com tudo o que ouve. Quem reserva tempo para pensar está respirando, está vivendo. Muitos abdicam de pensar. Ao chegarem em casa, em vez de conversarem com as crianças, vão ver televisão, alegando cansaço. E as famílias não se comunicam, não se alimentam. Sem mesa não há família. Nem se come direito, nem se alimenta a humanidade.

Voltemos nosso olhar para o Brasil. Aprendi a olhar o Brasil sempre ao avesso. Todo texto oficial que leio procuro entender ao contrário. Posso até dar exemplos da própria lei. Quando participava do Movimento da Constituinte, cheguei a entender um pouco mais esse universo. Por que temos fome no Brasil? Porque aqui não há cidadania. O Brasil foi sempre constituído, pensado, planejado, legislado, em função de um grupo, no máximo 30% da população. Há uns 40% que recebem benefícios perifericos, mais uns 30% que não recebem nada, que não existem. E ainda temos uma coisa mais perversa: existem brasileiros que nem estatisticamente existem.

Voltando à nossa linha de reflexão, vamos considerar que o Brasil nasceu e surgiu dentro da economia de mercado globalizado. A internacionalização não é de agora. A globalização em si não é condenável - a vocação da humanidade é comunhão, partilha e interação. O problema é o modelo: hoje o mercado é que controla o mundo. Devemos, então, buscar um mercado subordinado à política. O mundo político é que deve ditar as regras do jogo, o mundo político submetido à ética. Esse é o caminho que temos de percorrer. Esse é exatamente o padrão que deveríamos adotar. Leonardo Boff, por exemplo, já postula uma economia "com mercado", não "de mercado". É preciso que haja o mercado, mas que ele não seja o determinante, não seja o senhor que reina. Ele deve ser controlado e administrado.

Qual é a situação de nosso país e quais são os caminhos da superação? Já me referi à situação indígena e à do povo negro. Em toda a história do Brasil, a cidadania não é implementada em favor desses nossos irmãos. Todo o Brasil é sempre planejado dessa maneira. Por exemplo, temos no País dois Códigos: o Civil e o Penal, e qualquer jurista há de concordar que o Código Civil existe para oferecer cidadania para quem é, para quem sabe e para quem tem, ao passo que o Código Penal existe para perseguir, punir e castigar quem não é, quem não sabe e quem não tem. Na discussão sobre violência e corrupção policial, não deveríamos ignorar que a polícia geneticamente não tem como ser boa para o povo, porque foi criada para implementar o Código Penal, não o Civil. Ora, se o Código Penal é contra o povo, e a Polícia é um instrumento para sua aplicação, ela não existe para a cidadania, mas para perseguir, punir e castigar quem não é, quem não sabe e quem não tem. Essa é a dolorosa verdade. E nem é culpa dela, mesmo porque seus integrantes são mal recrutados, mal treinados e mal pagos.

Como pode um soldado, que tem uma missão de risco e sai de casa deixando sua família na indigência, livrar-se da corrupção ganhando a mixórdia que ganha? Deveria ganhar um salário que lhe permitisse viver com dignidade, de modo que não fosse presa fácil de corrupção e de suborno. Em um país como o nosso, é impossível não haver fome. A própria agricultura é dedicada ao mercado, à exportação. O importante é fazer dinheiro: planta-se para fazer dinheiro, apenas para atender ao mercado externo. Temos uma agricultura até subsidiada, mas, como tudo o mais, em função do mercado. Hoje, pretende-se até utilizar a biotecnologia. Ninguém é tão estúpido para ser contra a biotecnologia; o problema é a quem ela serve e como é trabalhada. Tudo o que conquistamos na ciência e na técnica é para ajudar as pessoas a viverem com dignidade. Os transgênicos, por exemplo, estão hoje nas mãos do mercado, e algumas poucas companhias terão o controle total sobre eles. Casos como o terminator da Monsanto - a semente que não produz mais do que duas vezes - apontam para o perigo da eliminação das espécies e o monopólio das sementes. Assim vai chegar o dia em que o povo não terá o direito de plantar o que quer. Participei de um encontro no Rio Grande do Sul sobre os transgênicos, com a presença de quase 1800 pessoas, jovens em sua maioria, e fiquei impressionado com o avançado grau de compreensão da questão e de militância da cidadania em relação a esse tema, que é de alto risco para a soberania nacional e para a nossa produção. No México, por exemplo, houve um período em que os economistas decidiram que já não valia a pena plantar, que deveriam comprar milho americano. Como o milho tinha o sabor diferente, o povo não o quis. De repente, houve um colapso no sistema de produção de milho nos Estados Unidos, e o México sofreu as consequências - tendo desestruturado seu sistema de plantio e produção, entrou em uma crise terrível. Apenas porque os economistas decidiram que era mais vantajoso esquecer, não plantar mais e comprar dos Estados Unidos.

Na verdade, há muitos problemas que devemos estudar, compreender e discutir, pois negam a cidadania e a dignidade humana e estão por detrás de todas essas coisas inviáveis, que são as nossas cidades e favelas. O Brasil é um país extremamente perverso, o segundo país em concentração de renda em todo o mundo. É por isso que aqui há fome.

Poderia me alongar com muitos testemunhos, pois já vivi muitas coisas interessantes na vida. Estive entre os 250 mil que marcharam sobre Washington, contra a vacinação racial. Tive esse abençoado momento na vida - um sonho. Luter King dizia: "tenho um sonho". Realmente, temos de ter visão. No Apocalipse, João diz: "eu, João, tive um sonho". Quando a juventude não tem sonho, o mundo está em risco. A vida deve acontecer com dignidade e esperança - se uma delas é tirada, corremos um risco; é preciso manter a esperança. Se os jovens não têm sonhos, devemos ficar atentos e preocupados, porque é mau sinal. E estamos vivendo exatamente uma época em que a juventude não está sonhando.

Acredito no caminho da vida com dignidade e esperança. Estou completando 25 anos como bispo, intencionalmente vividos nas periferias urbanas. Participei das primeiras reuniões de reação contra a ditadura instalada em 1964, que alguns chamam de ditadura militar. Prefiro dizer que foi uma ditadura dos militares, das economistas e, no início, até da Igreja. Em 1968, pela primeira vez na história do Brasil a Igreja Católica rompeu com o Estado. Até a Proclamação da República o catolicismo era a religião oficial; depois, diria que continuou em concubinato com o Estado. Hoje temos um governo com o qual a Igreja não foi capaz de engrenar, e não o conseguirá mais, apesar de alguns bispos sentirem saudades dos tempos em que esse relacionamento era excelente.

Poderia dar muitos exemplos do caminho que percorremos para derrotar a ditadura e implantar a democracia no País - pelo menos a política, pois ainda não atingimos a democracia econômica. Foi um longo e sofrido caminho, que começou nas periferias. Lembro-me de quando as mulheres da periferia começaram a se articular para protestar contra o custo de vida - chegaram a levantar um milhão de assinaturas identificadas, e foram impedidas de se manifestar; não foram recebidas pelo Presidente. Vivi cinco horas de grande tensão, por causa dessas benditas mulheres, em São Paulo - D. Paulo estava em Roma, no conclave, e era eu que respondia pela Arquidiocese. Abri a Catedral para que se manifestassem. Milhares policiais cercaram a Praça João Mendes, a Praça da Sé, e toda a área com cavalaria, com metralhadoras, com todo, mas fizemos um marco ali, com muita determinação. Foi impressionante a ação da cidadania.

Estive presente em São Bernardo, em 1978 ou 1979, quando 100 mil operários e operárias, não com pedras, mas com flores nas mãos e crianças no colo, fizeram uma grande manifestação. Foi o único bispo, exceto D. Cláudio, que era o bispo do lugar, que conseguiu chegar lá, porque havia muitas barreiras. Havia um aparato policial fortíssimo, com cavalaria, com cães, com tudo. Dentro da Igreja de São Bernardo, estavam uns três mil da liderança, os dois bispos e alguns padres; do lado de fora, umas 100 mil pessoas. Quando as bombas de gás começaram a explodir, o general que estava em Brasília chamou, pelo rádio, o comandante, que era o Cel. Braga, e mandou que suspendesse tudo; aí, virou uma festa. O episódio mostra a força do povo! O povo não tinha nenhuma arma na mão, apenas crianças e flores. Recordo-me, com emoção, de de ter visto o coronel, que também tinha sido o comandante da operação realizada na Praça da Sé, em São Paulo, recebendo uma flor das mãos de uma criança. Eu ia passando para telefonar para D. Luciano, em Brasília, avisando que tudo tinha acabado em paz. Durante a manifestação das mulheres, na Praça da Sé, já havia me dirigido a esse coronel, para dizer-lhe: "o senhor é um soldado pago pelo povo, e eu um pastor; naquele primeiro encontro, mas, no momento em que o vi recebendo aquela flor, disse-lhe: "Coronel, sempre nos encontramos em dias difíceis. Mas que coisa bonita essa festa, ver um soldado no meio do povo e uma criança lhe entregando uma flor! Espero que o Brasil seja assim algum dia: que o povo não tenha medo de seus soldados, nem da sua polícia. Que o povo sinta que aí tem um companheiro ou companheira cidadã, que garante a sua cidadania, e não o contrário."

Aqueles foram dias bonitos da minha vida, mas muito tensos. Estávamos vivendo, então, o regime da Segurança Nacional, uma ideologia que foi ensinada em escolas superiores de guerras, dentro e fora do País, e que impregnou muitas pessoas. Aço que uns 40 mil oficiais latino-americanos fizeram treinamento no Panamá, em Washington, recebendo essa doutrina de salvação - a segurança nacional. Mas cheguei um ponto em que a Lei de Segurança Nacional se tornara verdadeira Constituição do Brasil. Chegamos a um grau de aberração tão terrível que o povo brasileiro foi declarado inimigo do Brasil. Foram em nome da Segurança Nacional, virou-se o Brasil pelo avesso; as casas foram invadidas, as pessoas foram esmagadas e torturadas. D. Paulo E. Arns, que é historiador, disse que nunca encontrou, nem na antiga Babilônia, formas tão refinadas de tortura quanto aquelas que aconteciam no Brasil em nome da Segurança Nacional. Mexeu-se com a terra, desenaizou-se o povo, fizeram-se grande projetos - aliás, tão grandes que foram chamados de megaprojetos. Nunca sofremos tal "desenaizamento" como então, com o inchaço das cidades. Houve a idolatria do progresso e da ordem em função desses projetos. E pagamos alto preço por isso, estamos até hoje atolados em dívida externa e interna.

temos fome no Brasil, porque tivemos muito progresso e muita ordem. A fome persiste, porque a história do Brasil é uma história de não-cidadania.

Não há outro caminho a não ser o de promoção mais recente da cidadania para que possamos ter vida com dignidade e esperança. Tomemos um período mais recente da nossa história para melhor perceber os caminhos de superação da fome, que são os da cidadania.

No final de 99 a oposição decidiu lançar um manifesto. Assinei-o por duas razões. Uma é que insultaram a minha inteligência com a história do narcotráfico na Favela Beira-Mar; outra é que, em uma visita pastoral a uma região da diocese, exatamente no fim de semana em que estava lá, mataram 11 jovens e jogaram os corpos pela área onde eu andava e não houve nenhuma notícia na imprensa sobre o massacre. Reunidos no Salão Nereu Ramos, no Congresso Nacional, fui a seguinte observação: "Estou prevendo que voltaremos aqui em novembro de 2006." Todos me olharam surpresos e incredulos: minha afirmação decorria de uma experiência anterior. Em 1985, em Duque de Caxias, tivemos o maior ato político exclusivo pela Constituinte - foram 7.000 pessoas do Maranhão até o Rio Grande do Sul. Não houve nenhum ato público convocado especialmente sobre essa questão com maior número de pessoas como aquele. Fizemos a Constituição e, depois dela, ninguém mais se reuniu para discutir a legislação, a implementação da Constituição, através da legislação ordinária. Nada foi feito, não houve acompanhamento. Passaram-se sete anos - de 1985 a 1992 - e nos reunimos de novo para lançar um movimento pela ética: a "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e a Vida Vida". Empurraram o Betinho na frente e eu de descuido ao lado. Colocaram-nos no Palácio do Planalto, no Conselho de Segurança Alimentar. Depois, a CNBB, a OAB, a CUT, o PT, todos tiraram o corpo fora, não fizeram nada. Passam-se mais sete anos e novamente nos reunimos para outro manifesto (que a imprensa não se dignou a divulgar!). Por isso, naquela ocasião, afirmava que, passados sete anos, voltaríamos de novo. Na verdade, falta entre nós uma coordenação, uma articulação permanente.

O grande desafio para combater a fome e a violência é efetivamente a cidadania. Não costumdo desanimar, mas em certos momentos não é nada fácil. A não-cidadania é o grande problema do Brasil. Tudo conspira contra a cidadania, a começar pelo orçamento. Nos dois anos que trabalhei no Palácio do Planalto, descobri que a burocracia é uma forma refinada, despojadora, perversa, para favorecer a corrupção dos que têm e inviabilizar o acesso daqueles que não têm. Lamentavelmente, a burocracia é para isso. Mas tem que mudar. Se a lei não é a favor do cidadão, ele deve opor-se a ela. Uma vez organizei um curso de formação de agentes populares de justiça. Acredito que, assim como há agentes populares de saúde, são necessários também agentes populares de justiça. Precisamos conhecer a lei, primeiro para nos defendermos dela; segundo, para tentar aplicá-la em nosso favor; terceiro, para mudá-la.

Em nosso país, infelizmente, temos que trabalhar cada tudo. O orçamento da república em 2006 é uma blasfêmia contra a cidadania, que é a vida das crianças, dos idosos, de todos nós. Quase metade do orçamento do Brasil no ano é destinado ao pagamento da dívida externa e interna. Isso é uma enormidade. Sobra muito pouco para o povo. O orçamento é feito em função da economia do mercado. Que país é esse? Nenhum país do mundo destina metade do seu orçamento para pagamento de dívida. Portanto, a promoção da cidadania é o caminho para se combater a fome. Por isso surgiu o Movimento pela Ética na Política. O combate à fome não é pena nem dó. A solidariedade não é esmola. O Betinho dizia que não se agradece a solidariedade. De fato, não. Volcar socorre criança faminta, porque a sua humanidade está lesada, está negada; não é porque você tem pena dela, mas porque é carne da sua carne, é sangue do seu sangue".

Realmente, não se tem que agradecer a solidariedade que fazíamos e fazemos - não a que o Governo faz, que é imoral. O Governo só faz solidariedade da fronteira para fora. Perdoaram a dívida da Nicarágua em nosso nome. Parabéns! Isso é solidariedade do povo brasileiro.

Quem cunhou a frase "Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, pela vida" foi D. Luciano Mendes, e o movimento tenha ficado conhecido como "campanha do Betinho". Lançamos a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, pela Vida, um movimento de justiça e solidariedade, mas com essa compreensão de que a fome só acaba quando houver cidadania no País.

Da "campanha do Betinho" nasceu um organismo de parceria entre o Presidente da República e o Movimento pela Ética, que foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Funcionamos em tempo precário, durante dois anos de governo, mas fizemos as bases de algumas coisas. Só para terem uma idéia do volume, fizemos uma operação de guerra na região da seca. 2.050.000 famílias em 1.163 municípios. Em cada município havia uma comissão local organizada para acompanhar. Cinqüel comovido visitando a região. Nunca vi soldados tratando o povo com tanto respeito e carinho numa distribuição emergencial de alimentos. Outra operação que fizemos foi discutir um caminho alternativo para o Brasil. Realizamos 26 congressos ou reuniões regionais. Em Brasília, em julho de 94, 1.800 delegados discutiram os caminhos para o desenvolvimento do Brasil.

Quando falamos de segurança alimentar, nutricional, sustentável, conselho de segurança alimentar nutricional sustentável, perguntam-nos por que "segurança"? Trata-se na verdade de uma reação à ideologia da segurança nacional que conduziu o povo à fome. Trinta e dois milhões de famintos. Em nome da segurança "alimentar", queremos garantir alimento de boa qualidade em todas as mesas, alimento generoso, de acordo com a cultura do povo. Segurança alimentar não significa distribuição de cestas. Sempre nos dirigem as perguntas: "Quando vão começar a distribuir cestas"? (O Betinho ficava muito irritado porque em qualquer lugar perguntavam o que tínhamos de concreto. Ele dizia que ia andar com um paralelepípedo na mão para mostrar aos jornalistas.).

A segurança alimentar quer ser um caminho de cidadania. O dia em que houver segurança alimentar no País, não haverá necessidade de cesta básica. Em nossa proposta criança é vida que hoje, não é mais direito de todos. De zero a 59 meses é um tempo importantíssimo na vida da criança. Se não tiver a nutrição adequada, ela vai sofrer lesão cerebral, poderá sofrer lesão na coluna dorsal, poderá perder a oportunidade de desenvolver com dignidade e poderão. Que toda criança possa ter um desenvolvimento que a coloque digna no meio do povo, uma esperança para o povo. É evidente que não vamos garantir criança desnutrida com discursos, temos que garantir comida para ela, nutrição. É evidente que tem de haver programas emergenciais, solidários. Não quero dizer com isso que não tenhamos programas emergenciais, mas o nosso objetivo é acabar um e precificar. Volto a dizer que no dia em que houver segurança alimentar no Estado, ninguém vai comprar de cesta básica. O nosso caminho é por aí.

Quando Fernando Henrique chegou à Presidência, me escreveu uma carta, dizendo: "Caro amigo D. Mauro, na minha Presidência esta será uma prioridade". Ele me fez um pedido no Palácio da Alvorada do dia 14 de dezembro de 1994 e me deu uma cópia do discurso que recebeu no Senado com uma declaração. "A D. Mauro, com afeto, Fernando Henrique". Disse ainda: "Depois da posse, vou chamá-lo para discutirmos como será o nosso caminho." Fui lá para discutir o mandato do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, fruto da parceria entre o Movimento pela Ética na Política e o Presidente Itamar, até hoje Fernando Henrique não me chamou para novo acordo. Depois da posse, acabou, por decreto, com tudo o que estávamos fazendo. Nós, porém, continuamos a nossa cidadania. Itamar Franco nos ajudou muito quando esteve na presidência. A parceria com o Movimento ajudou-o a fazer algumas coisas muito importantes. A parceria foi muito boa para todos os lados, para o presidente, para o País e para o povo. Estive em todos os lugares, menos Roraima e Rondônia. Vimos o Brasil e discutimos o Brasil. Depois da primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em Brasília, em 94, iam os voltar para as universidades e para as regiões para discutir planos regionais e municipais de segurança alimentar. Recebemos uma rasteira e ficamos sem condições de trabalhar. Continuamos com modestia, sem recursos. Criamos o ano passado, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar. Fomos nos levantando e articulando. Esse fórum, hoje, está dialogando com vários Estados. Fiz uma carta aos governadores eletos com um discurso crítico à economia, com uma proposta sintética de planejamento de segurança alimentar no Estado. Estamos com o projeto andando em Minas, Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Sul, Acre, Mato Grosso do Sul. No Amapá ainda não chegamos, mas o Governador, competente e muito sério, realiza um bom tra balho com os mesmos objetivos.

A nossa proposta é uma parceria entre Governo e sociedade. Achamos que o Governo, sem a cidadania, se corrompe, não consegue fazer o que deve ser feito. Não é o governo. O próprio Governo, por não responder ao que o povo precisa, já comete um ato de corrupção. Não governar em função da cidadania é corrupção. Sem a participação da cidadania, não há governo que escape da corrupção. A corrupção é a que me refiro não é a apropriação do dinheiro público pelo governador, mas o fato de o Governo não atingir os objetivos que a deveria ter. Sem o Governo e a máquina pública, não conseguimos viabilizar os projetos que queremos. A parceria é importante. A descentralização e a regeneralização são importantes. Normalmente apresentamos o projeto ao governador e chamamos a sociedade local.

Aqui, em Minas, procuramos o comitê de Ação da Cidadania, que sempre existiu desde a época da campanha do Betinho. Acho que precisamos ampliar ainda mais: nossa proposta é de uma parceria entre Governo e sociedade. Hoje, se fosse dar uma nota para a sociedade e para o Governo, em termos da proposta, daria 40 para cada um, por aquilo que conseguimos atingir. Não vou dizer que o Governo ficou atrás nem que a sociedade esteve na frente, também noto limitação na participação da sociedade. Mas acreditamos que tem de haver uma grande parceria.

A proposta passa e perpassa por todos os órgãos de Governo. Estamos propondo um eixo para o desenvolvimento do país: conduzir a ação do Governo para que haja comida em todas as mesas. O planejamento tem de estar atento para isso. O orçamento tem de responder a isso.

Inquestionavelmente, temas de fazer agricultura, educação, conjunção, saúde. Já identificamos, dentro daquilo que são atribuições do Estado e programas, 100 projetos nas várias Secretarias que, se valorizados, articulados, poderão ajudar a abrir caminho para a implantação de uma política de segurança alimentar.

Estamos trabalhando para fazer um plano mineiro de segurança alimentar. A segurança alimentar abrange vários núcleos: tudo o que se refere a terra, conquista da terra, assentamento, reforma agrária, política agrícola, tudo deve ser feito em função desse objetivo estratégico. Está comprovado que, em qualquer lugar do mundo, quem produz comida para a mesa é o pequeno agricultor, é a agricultura familiar. Se é objetivo do Estado levar comida à mesa, tem que priorizar a pequena agricultura, dar lugar para a agricultura familiar. Se o estado tem por objetivo levar comida à mesa do povo, deve priorizar a pequena agricultura.

Espero que a Secretaria da Agricultura e a Casa Civil façam chegar à Assembléia Legislativa qté o dia 26, um projeto de Instituto da Terra para ser aprovado nesta sessão legislativa. Sem o Instituto da Terra, não vamos viabilizar a democratização da terra em Minas. Segurança alimentar é Instituto da Terra. Temos que ocupar a terra, ter condições de plantio, controle de qualidade dos alimentos, abastecimento, tudo isso.

Tenho dado o exemplo que o bate se joga fora, desde a colheita do produto até o consumidor final, por ano, equivale a R\$600.000.000,00. De toda a banana produzida no Estado, 40% termina no lixo. O problema nem é produzir milho. O governo precisa elaborar um programa especial, envolvendo a sociedade, para descobrir as causas do desperdício, desenvolver a tecnologia e implantar um outro modo de colher, de transportar, de armazenar e de manipular os alimentos, para que não haja esse escândalo.

O Conselho de Segurança Alimentar é um olhar crítico. Ajudamos a formular as políticas públicas. O Conselho não tem dinheiro para distribuir cestas. O organismo próprio tem de fazer isso. O Conselho é um laboratório para discutir e ajudar a planejar o que deve ser fruto de uma decisão política. Vejamos um caso concreto. Se queremos saber qual é o quadro de desnutrição infantil no Estado, quem nos dará a informação é um organismo chamado Conselho de Vigilância Alimentar Nutricional - o SISVAN, que já está implantado em 430 municípios do Estado. Segundo o que me foi dotevários dias, quem nos dará a informação é um organismo chamado Conselho de Segurança Alimentar Nutricional - o SISVAN, que já está implantado em 430 municípios do Estado. Segundo o que me foi dotevários dias, quem nos dará a informação é um organismo chamado Conselho de Segurança Alimentar Nutricional - o SISVAN, que já está implantado em 430 municípios do Estado. Seguindo superar dificuldades técnicas, hoje faltam apenas 118 municípios para aderir ao sistema. Estamos dando um prazo para que, até o dia 30, os prefeitos desses municípios entreguem a importância do SISVAN. Caso contrário, faremos um trabalho político para obrigá-los a fazer o que deve ser feito, divulgando seus nomes. Caso o Conselho não levantar essa questão, o Estado não teria a informação científica correta e exata sobre a desnutrição infantil. Se os dados são importantes para a ação legal e administrativa. A Promotora Pública, por meio do Estatuto da Criança e da Constituição, pode processá-los.

O direito à alimentação, é um direito humano básico. O Conselho deu um grande impulso a esse mecanismo importantíssimo. Fizemos um convênio com a Pastoral da Criança, que recebe R\$0,50 per capita para cuidar das crianças por mês. Com esse dinheiro, fazem capacitação e material pedagógico. Por meio de educação e carinho, conseguem reduzir e eliminar a desnutrição infantil. O Estado deverá repassar R\$100.000,00 por mês para a Pastoral da Criança, reforçando o seu trabalho. Com um pouquinho de dinheiro, é possível fazer muito. A Pastoral trabalha com o conceito básico de que a saúde da criança, em todas as suas dimensões - física, psíquica e espiritual - depende do vínculo com a mãe. Rompido esse vínculo, ela fica doente. A Pastoral tenta reforçar o vínculo entre a mãe e a sua criança. Esse é o seu grande trabalho.

O Conselho de Segurança Alimentar é um organismo de parceria para discutir políticas públicas, forçando decisões políticas e criando um plano de ação que passe em todas as Secretarias de Estado, inclusive na Assembléia. É preciso definir qual o papel do Legislativo no combate à fome. Há muito o que fazer. Cada Poder deve fazer a sua parte. O Ministério Público também tem o que fazer com relação a isso. O CONSEA é um articulador de uma definição de caminho.

Brevemente faremos um evento público, declarando o combate à desnutrição infantil prioridade da sociedade e do Governo de Minas Gerais. Anunciaremos algumas medidas. Tramita na Assembléia o Instituto da Terra, que será aprovado ainda nesta sessão legislativa. Fiz uma carta ao Governador, dizendo que vários projetos serão anunciados, como a criação do Instituto da Terra, o convênio entre a Secretaria da Saúde e a Pastoral da Criança e a criação de centros integrados de promoção nutricional, que terá início em Diamantina. Trata-se de bases de articulação de governos locais e sociedade civil para enfrentarmos a vergonhosa realidade brasileira. Anunciaremos também o convênio da Secretaria da Saúde com a FETAEMG, para o combate da desnutrição infantil em 17 assentamentos, atingindo três mil crianças; e a implantação da bolsa-escola no ano 2000. O Secretário garantiu-me isso para o ano que vem. Estenderemos a merenda escolar para todos os dias do ano nas escolas de muita pobreza. Depois da casa, a escola é a melhor estrutura para se repartir comida. A escola é de educação e a alimentação. Já temos uma base para ampliarmos a organização.

O Estado tem que ter ousadia e coragem para combater a fome com medidas emergenciais. O Programa Estadual de Educação Integral é uma forma muito boa de combater a fome, de garantir a cidadania e de aumentar o salário, porque estará dando à família a saúde, a educação e a alimentação da sua criança por oito horas ao dia. Isso passa a representar um crescimento salarial.

Que outras providências foram tomadas? Nas áreas de calamidade pública, há, mais ou menos, quatrocentos poços artesanios já prontos que não estão funcionando. Complementaremos a implantação do SISVAN nos oitocentos e cinquenta municípios do estado. Uma prioridade nossa é a desnutrição infantil - já estamos com um programa para enfrentar essa questão.

Em carta ao Governador Itamar sugeria que acrescentasse: "... por último, aquilo que o seu coração solidário quiser anunciar".